


A ESCRITA E A ORALIDADE EM ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Writing and orality in critical studies on Portuguese-speaking African literature*

Terezinha Taborda Moreira¹

<https://orcid.org/0000-0002-7664-0405> 

¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte, MG, Brasil. 5460-000 – posletras@pucminas.br

Resumo: A abordagem da relação entre escrita e oralidade em vários estudos acadêmicos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa produzidos no país nos mostrou a constância de algumas noções conceituais que, parece-nos, articulam essa relação reiterando uma perspectiva disjuntiva. Esses estudos se organizam a partir de ideias e noções conceituais que reiteram a hierarquização de diferentes modos de representar, ancorados ainda em dicotomias como escrita e oralidade, tradicional e moderno, racionalidade e animismo, realismo e antifiguratividade, etc. Ao fazê-lo, circunscrevem a produção e a recepção das escritas literárias africanas a um enquadramento que modela e afirma sua dependência da literatura europeia, seja para confrontá-la com o discurso canônico ou para reiterar seus fundamentos. Com isso, a literatura europeia permanece ocupando um lugar central em torno do qual gravitam as escritas produzidas nos países africanos de língua portuguesa, já que se constroem como efeito de modos de ler estabelecidos de acordo com normas pré-estabelecidas, as quais funcionam como mecanismos de controle que, por serem exaustivamente repetidos, produzem e deslocam os termos por meio dos quais essas escritas poderiam, de fato, ampliar sua visibilidade. Em função disso, reflete-se, neste texto, sobre alguns questionamentos que envolvem a abordagem disjuntiva dos termos dessa relação, destacando que seu estudo nos aponta a necessidade de revisitar conceitos como os de oralidade, escrita, tradição, modernidade, dentre outros, a fim de tentar fazer avançar um pouco mais as reflexões acadêmicas que se realizam nesta área de estudos.

Palavras-chave: Oralidade; Escrita; Literaturas africanas de língua portuguesa; Crítica literária.

* Este trabalho é parte das reflexões desenvolvidas no âmbito das atividades do Grupo de Pesquisas “África e Brasil: repertórios literários e culturais”, no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, e do Projeto de Pesquisa “Escritas literárias africanas de língua portuguesa e textualidades orais: transcrições poéticas”, com financiamento da Fapemig e do CNPq.

Abstract: The approach to the relationship between writing and orality in several academic studies on Portuguese-speaking African literature produced in the country showed us the constancy of some conceptual notions that, it seems to us, articulate this relationship by reiterating a disjunctive perspective. These studies focus on ideas and conceptual notions that reiterate the hierarchy of different ways of representing, still anchored in dichotomies such as writing and orality, traditional and modern, rationality and animism, realism and anti-figurativeness, etc. In doing so, they circumscribe the production and reception of African literary writings within a framework that models and affirms their dependence on European literature, whether to confront it with the canonical discourse or to reiterate its foundations. With this, European literature continues to occupy a central place around which the writings produced in Portuguese-speaking African countries gravitate, since their production results from established ways of reading according to pre-established norms, which function as mechanisms of control that, when exhaustively repeated, produce and displace the terms through which these writings could, in fact, increase their visibility. As a result, this text reflects on some questions that involve the disjunctive approach to the terms of this relationship, highlighting that its study points to the need to revisit concepts such as orality, writing, tradition, modernity, among others, in order to try to advance the reflections that take place in this area of study.

Keywords: Orality. Writing; Portuguese-speaking African literature; Literary Criticism.

No Encontro Perfil da Literatura Negra, ocorrido em São Paulo, em 1985, o escritor Manuel Rui fez uma palestra que se tornou paradigmática para os estudiosos de literaturas africanas de língua portuguesa, intitulada “Eu e o outro – O invasor (ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto)”. Pergunta-se Manuel Rui, em sua reflexão sobre a resistência da fala na chegada da escrita no espaço angolano, “Como escrever a história, o poema, o provérbio sobre a folha branca?”, enquanto afirma, peremptório: “No texto oral já disse: não toco e não o deixo minar pela escrita, arma que eu conquistei ao outro.” (RUI, 1987, p. 309).

Essa relação tensa entre escrita e oralidade é observada desde os primeiros contatos dos cronistas, navegadores e aventureiros com as realidades africanas. A incompreensão da alteridade abriu espaço para a configuração das relações de dominação que se seguiram, estabelecidas a partir do inventário de aspectos da civilização europeia que não compunham as realidades africanas. Tal modo de olhar os países africanos, inventariando aspectos que os colocavam em posição deficitária em relação aos países europeus, consolidou, no dizer de José Luís Cabaço, “as primeiras percepções da ‘superioridade’ que se fundiriam, num só corpo, com a autojustificação das posições de poder e privilégio” (CABAÇO, 2009, p. 100). A estigmatização do homem africano e sua cultura se deu pela desqualificação de ambos, através de representações negativas e depreciativas que, em contraponto, consolidaram o homem e a cultura europeus como parâmetros a serem seguidos. Reiterando a assertiva de Frantz Fanon de que “O mundo colonizado é um mundo dividido em dois” (FANON, 1968, p. 27), Cabaço observa que a sociedade colonial concebeu-se e estruturou-se em dualismos como

“branco e preto”, “indígena e colonizador”, mas também “civilizado e



primitivo”, tradicional e moderno”, “cultura e usos e costumes”, “oralidade e escrita”, “sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”, “regime jurídico europeu e direito consuetudinário”, “código do trabalho indígena e lei do trabalho”, “economia de mercado e economia de subsistência etc., todos eles conceitos marcados pela hierarquização, em que uns se apresentam como a negação dos outros e, em muitos casos, como a sua razão de ser. (CABAÇO, 2009, p. 35).

A hierarquização permanecerá durante o período colonial e justificará a adoção, a partir do século XIX, da assimilação como proposta política de identidade. A assimilação “nunca foi um conceito elaborado e consolidado e sempre se adequou às necessidades do momento, dialogando com outras experiências da colonização europeia”. (CABAÇO, 2009, p. 106). Ela pretendeu unificar o sistema educacional das colônias segundo o modelo vigente na metrópole, centrado na paisagem e nos usos e costumes de Portugal, alienando o colonizado de sua realidade física, sua história e sua tradição sociocultural. A partir da segunda guerra mundial, a assimilação foi reduzida à evangelização dos autóctones e a seu acesso ao ensino rudimentar, ministrado nas escolas indígenas, o qual prepararia as crianças “para o respeito, o temor e a resignação e para o desempenho de tarefas elementares” (CABAÇO, 2009, p. 132). Em oposição ao ensino praticado no sistema educacional português, construiu-se uma representação do indígena vinculado a uma tribo, “membro de uma comunidade sem história, sem sentido de Estado, sem valores éticos, sem economia, isto é, sem civilização” (CABAÇO, 2009, p. 117). Esse sistema serviu à racialização da sociedade civil e à tribalização da autoridade nativa (CABAÇO, 2009, p. 116).

A instalação e o desenvolvimento da escrita no território africano mostram sua fetichização, na medida em que ela se torna ato enunciativo do poder do colonizador que se legitima, para o colonizado, por meio da instrução missionária e de relatos/relatórios feitos por funcionários, missionários, visitantes e colonos sobre as terras africanas, sempre em perspectiva eurocêntrica, os quais fundamentaram a construção dos instrumentos jurídicos criados para ordenarem a organização da sociedade colonial.

Assim, no território africano a escrita performou uma função político-religiosa, na medida em que permitiu a imposição das leis que governavam a conduta político-administrativa das colônias, mesmo que a assimilação não impedisse o surgimento de agrupamentos sociais fora dos parâmetros definidos pela ação da autoridade colonial, como aconteceu com os grupos sociais periurbanos (CABAÇO, 2009). A estruturação da comunicação imposta pelos colonizadores, sobrepondo a cultura escrita à cultura oral, excluiu a maioria das populações locais desse sistema. Com ela acabaram contribuindo os escritores coloniais, com suas propostas de representação estética que reproduziam os binarismos que embasavam a sociedade colonial.

O quadro descrito chama a atenção para o impacto desse modo de inserção da escrita nos países africanos sobre a produção estética dos autores até a emergência dos nacionalismos nesses países. Além disso, também mostra como o pensamento sobre o

texto, a partir da independência, recuperava, como proposta estética, a dicotomia que caracteriza o inventário daqueles aspectos que estigmatizaram o homem negro africano e seu universo sociocultural no processo colonial. Naturalmente, a valorização da cultura local pelos escritores implicou a subversão dos signos deficitários com os quais o homem africano era representado em perspectiva desqualificadora. Esses signos não foram suprimidos, mas ressignificados, num processo que tem resultado em uma produção literária robusta e rica, inclusive em inovações formais e estéticas que acenam com novos caminhos criativos para as literaturas em língua portuguesa, como também para a crítica e, até mesmo, a teoria literária.

No entanto, há uma ambiguidade no processo de produção e de recepção da proposta estética desses escritores: é certo que a ressignificação não objetiva elidir o outro, como já assinalado por Laura Padilha (2002), já que a literatura se produz através da escrita e, conseqüentemente, da língua que, a partir das independências, teremos que considerar como sendo, simultaneamente, imposta e reivindicada nos territórios africanos de língua portuguesa; porém, essa ressignificação vai reiterar, continuamente, a diferença a partir dos moldes dicotômicos anteriormente estabelecidos, uma vez que atenderá a um apelo para a transformação de seus elementos em estatuto identitário. O risco dessa ambiguidade é a extensão da dicotomia que marcou a sociedade colonial para os projetos estéticos dos escritores. Essa ambiguidade se torna mais problemática quando pensamos na recepção crítica das obras. Em seu esforço por analisar as produções apontando as características dos textos literários e se posicionando sobre eles, a crítica literária acabará, muitas vezes, reiterando, na investigação da materialidade das obras, referentes que estruturaram as dicotomias que, historicamente, têm caracterizado o pensamento sobre a África.

Valentim-Yves Mudimbe (1988) chama nossa atenção para o fato de que o conhecimento sobre o continente africano tem sido produzido por intérpretes ocidentais e analistas africanos a partir de categorias e sistemas conceituais que se vinculam a uma ordem epistemológica ocidental. O fundamento dessa ordem encontra-se na tradição da metafísica ocidental, que define a humanidade a partir da capacidade do ser humano de dominar a linguagem e a razão. Conforme Achille Mbembe, “não existe humanidade sem linguagem” (MBEMBE, 2018, p. 154). E como a razão confere ao ser humano uma identidade genérica e universalizante, ela “une a todos os seres humanos” (MBEMBE, 2018, p. 154). Por isso, a humanidade do homem africano sempre foi confrontada com uma economia da alteridade que, incessantemente, questiona sua linguagem e sua racionalidade, negando-lhe uma subjetividade.

A tentativa de romper com essa economia da alteridade acontece com a emergência dos nacionalismos africanos do pós-guerra, que, segundo Mbembe, em sua reivindicação pelo direito à autodeterminação e em sua luta para chegar ao poder, mobilizaram duas categorias de pensamento tomadas como fundamentais para a ressignificação do pensamento sobre o homem africano: a da figura do negro vitimizado e lesado, e a temática da diferença cultural (MBEMBE, 2018, p. 157). No entanto, Mbembe localiza a temática da

diferença no centro das teorias coloniais da inferioridade e da desigualdade, explicando-nos que uma das formas de responder à pergunta sobre a possibilidade de encontrar, no homem africano, “a manifestação de uma subjetividade”, “a presença de uma consciência” (MBEMBE, 2018, p. 154), foi respondida com a tese da “não similitude” (MBEMBE, 2018, p. 156). A ideia da diferença instalou, pois, a da desigualdade, permitindo a segregação, a qual foi sustentada pela produção de formas de saber específicas, “(a ciência colonial) com o objetivo de documentar a diferença, de eliminar a pluralidade e a ambivalência e de fixá-la num cânone” (MBEMBE, 2018, p. 157). E embora a produção desse cânone assumia a aparência de reconhecimento da alteridade, ela acaba se constituindo como elemento indicador de que “o mundo do nativo, em sua naturalidade, em nada coincide com o nosso; em suma, não faz parte do nosso mundo e, por isso, não poderia servir de base à experiência de uma cidadania comum” (MBEMBE, 2018, p. 157).

Dentro da economia da alteridade que marca o homem africano pela falta de subjetividade, termos como civilização e barbárie, superioridade e inferioridade, universalidade e localidade, dentre outros, vão balizar as reflexões produzidas ao longo do tempo pelo pensamento que se constrói sobre a África, mas vão também ancorar muito do pensamento que o próprio africano produz sobre si mesmo quando, ao fim do tráfico atlântico e no rastro das lutas pela descolonização, a crítica negra reivindica, para si, a reflexão sobre os nacionalismos anticoloniais.

Em função disso, quando os escritores, envolvidos com a formação da consciência nacional, e mesmo após as independências, procuram ressignificar, em suas propostas estéticas, os signos deficitários com os quais o homem, o continente e o mundo africanos eram representados em perspectiva desqualificadora, acabam incorporando nelas as dicotomias que marcaram o pensamento colonial. Mais do que nos discursos dos escritores, inúmeros discursos críticos que se produzem sobre as literaturas africanas – e aqui nos referimos, especialmente, às literaturas africanas de língua portuguesa – vão prolongar essas dicotomias. Isso porque esses discursos críticos se estruturam a partir de ideias e noções conceituais que reiteram a hierarquização de diferentes modos de representar, ancorados ainda em dicotomias como escrita e oralidade, tradicional e moderno, racionalidade e animismo, realismo e antfiguratividade, etc.

Ainda que esses discursos não se comprometam com o pensamento sobre a literatura vigente na época colonial, eles não escapam dos grilhões com os quais estão tentando romper e circunscrevem a produção e a recepção das escritas literárias africanas a um enquadramento que modela e afirma sua dependência da literatura europeia, seja para confrontá-la com o discurso canônico ou para reiterar seus fundamentos. Com isso, muitos discursos críticos acabam colocando a literatura europeia num centro em torno do qual gravitam as escritas produzidas nos países africanos de língua portuguesa, já que se constroem como efeito de modos de ler estabelecidos de acordo com normas pré-estabelecidas, as quais funcionam como mecanismos de controle que, por serem exaustivamente repetidos, produzem e deslocam os termos por meio dos quais essas

escritas poderiam, de fato, ampliar sua visibilidade.

A abordagem da relação entre oralidade e escrita aparece disseminada em muitas das produções acadêmicas brasileiras. A ancoragem teórica desses estudos é feita em reflexões de pesquisadores como Honorat Aguessy (1977), Jan Vansina (1982), Hampâté Bâ (1982), Paul Zumtor (1993; 1997), Ana Mafalda Leite (1998; 2012), Maurice Halbwaks (1990), Michael Pollak (1989), Abiola Irele ([1977] 2006), Ngũgĩ Wa Thiong'o ([1986] 2005), Mineke Schipper (2006), Inocência Mata (1998^a; 2001; 2006), Laura Padilha ([1995] 2007; 2002), Rita Chaves (1999), Maria Nazareth Soares Fonseca (2016), dentre outros. Destaca-se, nas reflexões desses teóricos e estudiosos, a visão da oralidade como modo de transmissão de repositórios de saberes herdados e reconstituídos de legados civilizatórios de povos e culturas milenares. A oralidade é tomada como espaço de enunciação e anunciação, espaço esse definido por Vansina como “uma atitude diante da realidade” (VANSINA, 1982, p. 157), já que tem na palavra não apenas um meio de comunicação, “mas também um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais” (VANSINA, 1982, p. 157). Distinta da oralidade, a escrita aparece como modo de comunicação normativo e racional, que visa a uma aquisição dirigida da língua e, por isso, nela, pelo menos a princípio, “a palavra se separa da pessoa, o passado é separado do presente e a relação com o outro e com seu universo espaciotemporal é mediatizada” (BONVINI, 2006, p. 8).

Com base nesses aportes, figuram na produção acadêmica brasileira estudos que focalizam a presença, em textos literários africanos, de formas da textualidade oral como provérbios, ditos, adivinhas, casos, canções, dentre outras; de temas, imagens, personagens típicos e figuras arquetípicas frequentes nas tradições orais; além de elementos sobrenaturais que apontam para situações e ambientes, por vezes, insólitos, cuja presença nas narrativas extrapola as dimensões do real. Nesse caso, a atenção dos analistas se detém, com muita frequência, sobre os processos de intertextualidade e dialogismo a partir dos quais a escrita se organiza, ainda que, nem sempre, as noções de intertextualidade e dialogismo apareçam claramente definidas como ancoragem teórica dos estudos – às vezes não são, nem mesmo, referidas.

Figuram, ainda, estudos que se debruçam sobre a observação, nas literaturas africanas de língua portuguesa, de recursos formais e/ou estruturais comuns à performance oral de narrativas. Esses estudos buscam, no texto escrito, os encontros entre línguas oficiais e línguas étnicas, neologismos, jargões; alguns modos de construção discursiva, como as repetições e os trocadilhos; a circularidade típica do modo de construção das narrativas da tradição oral; a recuperação do funcionamento discursivo de gêneros da textualidade oral, como se observa, por exemplo, no caso do provérbio, cuja presença nas narrativas escritas registra as intenções de reforçar um argumento do narrador ou explicar alguma situação ou comportamento de personagens; a combinação entre realismo e antfiguratividade, por meio da confrontação da descrição do mundo natural com ambientes, situações e/ou fenômenos insólitos; a investigação dos ecos fônicos e semânticos envolvidos na construção frasal para recuperar, na escrita, os recursos de memorização



forjados no ritmo e na repetição, típicos dos gêneros orais; o processo de construção de uma dicção oralizada pelos narradores; dentre outros. Nesse caso, a atenção dos analistas se debruça sobre procedimentos narrativos adotados pelos escritores que se referenciam em modos de contar orais.

A leitura de várias produções acadêmicas mostra que, seja entre os discentes ou entre a crítica literária, a relação entre escrita e oralidade tem sido pensada numa perspectiva disjuntiva que responde, mesmo que inconscientemente, pela permanência de alguns problemas com que o leitor se depara quando se dispõe a analisar o texto literário africano de língua portuguesa.

Um deles refere-se à tendência a se observar, nos estudos sobre essas literaturas, a permanência de uma perspectiva que insiste numa relação vertical entre escrita e oralidade, seja para questionar a aparente supremacia da segunda sobre a primeira; para afirmar uma suposta anterioridade do oral em relação ao escrito, ou para sugerir aquilo que Inocência Mata critica, com razão, como sendo a tendência a se considerar a “prevalência do oral no imaginário dos escritores africanos” (MATA, 2015, p. 81).

As abordagens propostas a partir desse pensamento disjuntivo ressaltam as especificidades de cada uma das partes. No entanto, encontram-se também aí visões muito essencializadoras tanto da escrita quanto da oralidade. Contribui para o processo essencializador a associação direta entre oralidade, tradição oral e memória. Em tal associação a tradição oral é vista em perspectiva laudatória, inclusive se destacando a possibilidade de se alcançar algo como uma totalidade de uma tradição. Concebida como um todo, no qual as coisas se religam e interligam para assegurar a memória, muitas visões da tradição oral atribuem-lhe uma ideia de imutabilidade, no mínimo, comprometedora, justamente, para a capacidade da tradição de sobreviver. Vista como depositária da palavra falada, a tradição oral é, em muitos estudos, assumida como modo de conhecimento cuja matriz precisa ser resguardada, preservada, sob o risco de ser falseada, de ter seu sentido original modificado por quem o repete, ou até mesmo de desaparecer, especialmente quando em contato com a escrita. Em outro sentido, portanto, a escrita aparece, por vezes, como expressão de uma modernidade que é anunciada como uma ameaça à tradição oral. Garantidora da fixação grafêmica, pela qual se estabeleceria sua condição oposta à oralidade, a escrita seria efeito de uma produção tecnológica que lhe asseguraria imutabilidade de sentido e perenidade.

As abordagens focadas no pensamento essencializador defendem a ideia de que as textualidades orais devem ser resgatadas, reativadas pela escrita, que em sua tessitura realçaria as rasuras promovidas pela oralidade como resultado da inscrição, no texto, de elementos que possibilitem a sobrevivência das formas orais das culturas. Elas focalizam as escritas literárias africanas de língua portuguesa a partir de argumentos como o de que a presença da oralidade na escrita seria resultado da “transposição”, para as obras, de expressões da oralidade; os autores promoveriam uma aproximação entre oralidade e fala; a escrita se “apropriaria” da oralidade; a presença de “marcas” das línguas autóctones na

escrita objetivaria “harmonizar” o “par de opostos” na literatura; a escrita literária seria gerada a partir de uma oralidade “simulada”, que seria “formalizada esteticamente” pela recorrência aos trânsitos da memória, à repetição, aos ditos populares, aos lugares comuns, aos costumes, às tradições; a escrita literária africana seria efeito de uma composição por justaposição, na qual os escritores realizariam a junção de uma poética da oralidade com uma poética da escrita; a escrita resultaria do “imbricamento” entre oralidade e escritura; a identidade resultaria da relação entre fala/voz e escrita, o que geraria a condição de entre lugar em que narrador e personagens se encontrariam como expressões de identidades fragmentadas; as construções e desconstruções da identidade em obras de literaturas africanas demonstrariam o recurso à memória como estratégia utilizada para a criação de novas relações entre a oralidade e a escrita, etc.

Embora evidenciem a existência de tensões na relação entre oralidade e escrita, essas abordagens parecem não considerá-la produtiva para a análise das obras literárias. Com frequência observamos o tratamento da escrita literária como efeito da presença de “marcas” das línguas autóctones que são inscritas no código. No entanto, nem sempre essas “marcas” são interpretadas e/ou problematizadas nos estudos. Mais do que identificar, no processo de construção do texto, os debates que se estabelecem entre formas de representação distintas, resultantes de mundividências associadas a culturas distintas, mas que contribuem igualmente para a semiose textual, muitos estudos apenas mencionam o tensionamento do oral e do escrito. Com isso, fenômenos como os efeitos estéticos dos tensionamentos entre o oral e o escrito, as inovações estilísticas que eles inauguram, ou mesmo a predominância, na análise da escrita literária, da adoção de parâmetros de classificação moldados a partir do cânone ocidental, restam inexplorados. É o que acontece, por exemplo, quando se pensa a oralidade a partir da ideia de simulação, ou de fingimento, que acabam reiterando uma percepção clássica da dependência da oralidade em relação à escrita.

Um problema desse modo essencializador de pensar as produções literárias africanas é a sua vinculação a uma ideia de “tradição oral” ou a de “oralidade” cuja generalidade, além de não alcançar as diferenças específicas reivindicadas pelas literaturas produzidas nos espaços e nos tempos africanos em que elas são gestadas, também não restam explicitadas. Lourenço Joaquim da Costa Rosário, inclusive, já chamou a atenção para o fato de a designação “tradição oral” assumir um caráter generalizante da realidade cultural das sociedades em situação de oralidade. O estudioso recorda que, em função disso, “o termo oral [fica] ligado à situação de transmissão de qualquer valor cultural [...]” (ROSÁRIO, 1989, p. 54).

Outro problema resulta da “insistência no caráter ‘europeu’ da língua portuguesa”, desconsiderando as variações que ela sofre nos espaços africanos, conforme mostram Rejane Vecchia R. Silva e Ubiratã R. B. Souza (2015, p. 115), mas também como já o havia discutido Inocência Mata em afirmação anterior, segundo a qual “uma língua tem *usos* diversos, isto é, linguagens diferentes, que o mesmo é dizer, expressões culturais diferentes

em língua portuguesa, que conformam o variegado painel de expressões de identidades sociais dos países” (MATA, 1998a, p. 263 – grifos da autora). A esse respeito, Rejane Vecchia R. Silva e Ubiratã R. B. Souza defendem que a relação entre os repertórios culturais endógenos e a escrita literária em línguas de origens europeias seja, “efetivamente, vista em face de sua historicidade e de sua especificidade” (SILVA; SOUZA, 2015, p. 115).

A abordagem essencializante dos pares da dicotomia acaba também ignorando aspectos importantes tanto da escrita quanto da oralidade. Não se pode esperar que, de fato, as tradições orais sejam imutáveis. Cada intérprete de um texto oral deve particularizar sua forma de lidar com ele, e isso implica pensar em aspectos como as opções lexicais que os repertórios orais colocam à disposição dos intérpretes, as adequações pelas quais as línguas passam através dos tempos, as incorporações de formas de expressão e comunicação exógenas que as linguagens naturalizam, dentre outros. Por outro lado não se pode considerar a escrita algo absolutamente imutável, pois a ideia de fixação grafêmica corresponde antes a uma ilusão do que a um fato que as próprias transformações históricas das línguas comprovam. Nesse sentido, a própria escrita de uma forma da textualidade oral poderia ser vista como um processo de transformação, tanto na forma textual oral quanto na forma escrita, quanto mais o trabalho de escrita implicasse a adoção de uma proposta estética que se dispusesse a registrar os efeitos de sentido da oralidade. Num caso semelhante a esse, parece-me, teríamos que admitir que ambos os termos da dicotomia, escrita e oralidade, acabam passando por transformações, mudanças, talvez, mais precisamente, traduções, ou transcrições. Até porque, se, como se defende com frequência nesses estudos, a oralidade se vincula à memória, o funcionamento desta se processa por meio de traços, resíduos que são reconstruídos, e isso vale tanto para a atualização oral da memória quanto para sua expressão no corpo da escrita.

Outro problema gerado pelo pensamento disjuntivo refere-se às dificuldades de enquadramento das formas da textualidade oral africanas, que têm sido arroladas sob noções como as de literatura oral, oratura e oralitura. Os aportes teóricos utilizados para o estudo desses termos são os de Ngũgĩ Wa Thiong’o (1998; 2007), Lourenço Joaquim da Costa Rosário (1989), Inocência Mata (1998b) e Jean Derive (2010), dentre outros.

Sabemos que o termo oratura foi introduzido pelo pesquisador africano Pius Zirimu, da Uganda, em oposição ao termo literatura oral, para distinguir a produção oral da escrita (SCHIPPER, 2006, p. 10). Para Ngũgĩ Wa Thiong’o, quem, de certa forma, expande as ideias de Pius Zirimu, a oratura assumiria primazia em relação à escrita. Primazia contestada pelo francês Jan Derive (2010), que parece não fazer distinção entre os termos literatura oral, oratura e oralitura, tratando-os como parte dos processos de literalização da oralidade e oralização da literatura. Ressalte-se, no entanto, o fato de que esses processos, que para Derive caracterizam as produções escritas africanas, anunciam formas de ler essas escritas, também, em perspectiva disjuntiva, uma vez que o que elas produzem são apenas “efeitos de oralidade”, como decorrência da construção auto referencial dos textos.

Segundo Lourenço J. C. Rosário, o termo oratura ganhou legitimidade principalmente entre os estudiosos da cultura anglo-saxónica, tendo sido proposto como uma saída para o impasse quanto à nomenclatura do fenómeno resultante da aglutinação entre o oral e a literatura, na medida em que os estudiosos reconhecem que “na produção literária do sistema oral existe uma postura estética extra-linguística que não pode ser abrangida pelo conceito Jakobsoniano de literariedade”. (ROSÁRIO, 1989, p. 53). Assim, no universo da lusofonia, o conceito de oratura pressupõe uma distinção e um distanciamento entre oralidade e escrita, que se define pela abrangência mesma do lexema oratura, o qual pressupõe, segundo observações de Susana Machado Dolores Nunes,

a presença da oralidade enquanto meio de transmissão de um *corpus* vivo, pertencente a sociedades tradicionais nas quais a transmissão do saber passa pela oralidade, que assim se constitui não apenas como veículo privilegiado de identidade, comunicação e reproduções sociais, mas também como meio de desenvolvimento humano e de construção de uma dada imagem do mundo. A presença de uma arte verbal cuja transmissão se concretiza e difunde pela via oral – contada, cantada ou recitada –, de geração em geração. Os registos desta arte verbal fazem-se no decorrer do processo de transmissão natural; contudo, antes de tomarem a forma escrita, permanecem vivos pela memória coletiva oral. (NUNES, 2009, p. 35).

Ou seja, pressuposta à noção de oratura está a primazia da voz à letra e, conseqüentemente, uma relação de dependência que a oralidade mantém da escrita graças à fixação grafêmica desta e, conseqüentemente, à possibilidade a ela atribuída de perpetuar a memória e a tradição. A essa perspectiva não se furta a pesquisadora Inocência Mata, para quem a oratura “envolveria apenas o procedimento de recolha de textos da tradição oral, sem interferência de quem os recolhe.” (MATA, 1998b, p. 58). Em oposição a esse conceito, a mesma pesquisadora explica que oralitura corresponderia àquela “produção que veicula, traduz já a elaboração e recriação da palavra oral que a escrita fixa”. (MATA, 1998b, p. 58). Parece-me que a distinção entre oratura e oralitura proposta por Mata se aproxima muito da discussão entre oralidade e escrita, ambas as partes da relação sendo abordadas naquela perspectiva disjuntiva da qual vimos tratando.

As análises propostas procuram ancorar-se em leituras e interpretações desses aportes teóricos, porém não os problematizam. Com isso, essas noções conceituais acabam funcionando como modos de reiterar formas de enquadramento das literaturas africanas de língua portuguesa no escopo do pensamento disjuntivo. Em vários momentos os estudos registram procedimentos estéticos adotados pelos autores que identificam como resultado da inscrição da oratura africana no código linguístico português. Em outros momentos afirmam que as inovações lexicais identificadas nos textos correspondem ao efeito da oralitura. No entanto, posteriormente à remissão aos conceitos, eles são abandonados. Esse modo de utilização dos conceitos remete às ambiguidades que os cercam, inclusive, entre os próprios críticos. Assim, mesmo optando por interpretações que procuram identificar, nos recursos estilísticos, semânticos e sintáticos adotados ao longo das escritas literárias, o seu processo de construção textual, os estudos acadêmicos

demonstram se esquecer de que, de acordo com a própria Inocência Mata, a oratura envolveria apenas o procedimento de recolha da tradição oral, sem interferência de quem os recolhe, enquanto a oralitura deveria, ou, pelo menos, poderia, observar os procedimentos de escrita adotados pelos autores para lidar com a oratura.

Finalmente, o pensamento disjuntivo não nos habilita a pensar a escrita africana a partir de sua característica de texto literário, forma de mediação e, conseqüentemente, mediação pela forma. Trazendo para esta reflexão as palavras de Leyla Perrone-Moisés, o pensamento disjuntivo não nos habilita a pensar o texto literário africano de língua portuguesa como um “arranjo particular dos signos verbais” que exige ser visto “como um mediador” (PERRONE-MOISÉS, 2002). De maneira geral, o pensamento disjuntivo colabora, e muito, para que a escrita literária africana de língua portuguesa seja lida a partir de aspectos como a temática, as ideias que ele veicula, o seu “realismo”. Porém, os textos angolano, cabo-verdiano, guineense, moçambicano, santomense, não seriam reflexos do real de seus espaços de produção, de sua tradição oral, de uma oralidade originária de cada um deles. Seriam, antes, mediação para alcançá-los. Como mediação, os textos literários africanos de língua portuguesa pressupõem uma infinidade de mediações outras, entre “línguas nacionais, repertórios culturais, pactos de leitura definidos pelos gêneros, pelo tom, etc.” (PERRONE-MOISÉS, 2002), por meio das quais estabelecem relações significativas entre tempos, espaços, modos de produção, e oferecem-nas ao leitor num exercício que é, simultaneamente, visão crítica dos valores das culturas de que resultam e autocrítica em relação a seu próprio processo de produção.

A abordagem da relação entre escrita e oralidade em vários estudos acadêmicos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa produzidos no país nos mostrou a constância de algumas noções conceituais que, parece-nos, articulam essa relação reiterando aquela perspectiva disjuntiva que estamos questionando. Dentre essas noções conceituais se destacam as de modernidade, tradição, racionalidade, animismo, escrita, oratura, oralidade e oralitura. Elas têm recebido da crítica literária tratamentos que procuram explorar as possibilidades que apresentam para pensar a complexidade das produções africanas de língua portuguesa. Porém, nem sempre têm sido interpretadas de maneira propositiva, fora daqueles enquadramentos perceptivos que historicamente sustentaram e justificaram as diferenças africanas. Ao contrário, prevalece, nas análises críticas, uma abordagem que recupera o jogo de oposições que sustenta, sem necessariamente problematizar, o pensamento disjuntivo que se tornou comum nos estudos dessas literaturas. Por isso, finalizamos esta reflexão apontando a necessidade de revisitarmos, pelo menos, alguns desses conceitos, a fim de explorar mais profundamente algumas perspectivas críticas em circulação, para, junto com elas, tentar fazer avançar um pouco mais as reflexões acadêmicas que se realizam nesta área de estudos.



Referências

- ACHEBE, Chinua. The African Writer and the English Language. *In*: ACHEBE, Chinua. *Morning yet on creation day*. London: Heinemann, 1964, p. 55-62.
- AGUESSY, H. Visões e percepções tradicionais. *In*: BALOGUN, O. *Introdução à cultura africana*. Trad. de Emanuel Godinho, Germano Cascais Franco e Ana Mafalda Leite. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 95-136.
- APPIAH, Kwae Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BONVINI, Emilio. Textos orais e textura oral. *In*: QUEIROZ, Sônia. *A tradição oral*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2006, p. 5-9.
- CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CALAME-GRIAULE, Geneviève. *Etnologia y lenguaje*. La palabra del Pueblo Dogon. Trad. de Sol Asor Castiel. Madrid: Editora Nacional; Cultura y Sociedad, 1982.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.
- DERIVE, Jean. *Oralidade, literarização e oralização da literatura*. Trad. de Neide de Freitas e Raquel Chaves. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2010.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FINNEGAN, Ruth. *Oral literature in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- FINNEGAN, Ruth. O significado da literatura em culturas orais. *In*: QUEIROZ, Sônia. *A tradição oral*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2006, p. 64-104.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura e oralidade africanas: mediações. *Revista Mulemba*, v. 14, n. 2, p. 12-34, jul-dez 2016.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa. *Cadernos CESPUC De Pesquisa Série Ensaios*, v. 16, p. 13-72, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (Coord.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Trad. de Beatriz Turquetti *et al.* São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982, p. 181-218.
- IRELE, Abiola. A literatura africana e a questão da língua. *In*: QUEIROZ, Sônia. *A tradição oral*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2006, p. 25-41.



- LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas nas literaturas africanas*. Lisboa: Colibri, 1998.
- LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escrita pós-coloniais*. Estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- LEITE, Fábio Rubens da Rocha. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. São Paulo, v. 18-19, n. 1, p. 103-118, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74962>. Acesso em 30 jan. 2021.
- LEITE, Fábio Rubens da Rocha. *A questão ancestral: África negra*. São Paulo: Palas Athena: Casas das Áfricas, 2008.
- MATA, Inocência. A alquimia da língua portuguesa nos portos da expansão em Moçambique, com Mia Couto. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 262-268, 1998a.
- MATA, Inocência. *Diálogo com as ilhas: sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 1998b.
- MATA, Inocência. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? *Revista Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, n. 2, p. 33-44, jan./jun., jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesei/files/2010/02/A-cr%C3%ADtica-liter%C3%A1ria-africana.pdf>.
- MATA, Inocência. *Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa/Luanda: Editora Mar Além, 2001.
- MATA, Inocência; GARCIA, Flávio. (Org.) *Pós-colonial e pós-colonialismo: propriedades e apropriações de sentido*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- MATA, Inocência. Géneros narrativos nas literaturas africanas em português – entre a tradição africana e o “cânone ocidental”. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 19, n. 37, p. 79-94, 2015.
- MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MUDIMBE, Valentin-Yves. *The invention of Africa*. Gnosis, philosophy, and the order of knowledge. Oxford: James Currey Ltd, Indiana: Indiana University Press, 1988.
- NUNES, Susana Dolores Machado. *A milenar arte da oratura angolana e moçambicana*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papyrus, 1998.
- PADILHA, Laura Cavalcante. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas luso-afro-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- PADILHA, Laura. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. 2. ed. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.

PADILHA, Laura. O ensino e a crítica das literaturas africanas no Brasil: um caso de neocolonialidade e enfrentamento. *Magistro*, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.com.br/index.php/magistro/article/viewFile/1063/625>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PADILHA, Laura Cavalcante. Da construção identitária a uma trama de diferenças – Um olhar sobre as literaturas de língua portuguesa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73, p. 3-28, dez. 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/950>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.950>. Acesso em: 18 mar. 2021

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A literatura como mediação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 8., *Anais [...]*. Belo Horizonte: ABRALIC, 2002.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Flores na escrivinha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad. de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Trad. de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

RANCIERE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. *Novos Estudos*. – *CEBRAP*, n. 86, p. 75-80, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100004>. Acesso em 30 jan. 2021.

ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. *A narrativa africana de expressão oral* (Transcrita em português). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Angola: Angolê-Artes e Letras, 1989.

RUI, Manuel. Eu e o outro – o invasor (ou em três poucas linhas uma maneira de pensar o texto). In: MEDINA, Cremilda de Araújo. *Sonha, Mamana África*. São Paulo: Epopeia, 1987, p. 309.

RUI, Manuel. Da escrita à fala. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TEORIA DA LITERATURA E LITERATURAS LUSÓFONAS, 1., *Actas [...]*. Coimbra: Almedina, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SCHIPPER, Mineke. Literatura oral e oralidade escrita. In: QUEIROZ, Sônia. *A tradição oral*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2006, p. 10-14.

SILVA, Rejane Vecchia da Rocha; SOUZA, Ubiratã Roberto Bueno. Literatura moçambicana e oralidade: uma postura crítica e uma fundamentação teórica. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 19, n. 37, p. 95-117, 2015.



VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Coord.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Trad. de Beatriz Turquetti et al. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982, p. 157-180.

WA THIONG'O, Ngũgĩ. *Decolonising the mind*. The politics of language in african literature. Nairobi: East African Educational Publishers Ltd., 2005.

WA THIONG'O, Ngũgĩ. Notes towards a Performance Theory of Orature. *Performance Research*, v. 12, n. 3, p. 4-7, set. 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160920000340/http://www.ohio.edu/people/hartleyg/ref/Ngu_gi_Orature.html. Acesso em: 30 mar. 2021.

WA THIONG'O, Ngũgĩ. *Penpoints, Gunpoints, and Dreams: Toward a Critical Theory of the Arts and the State in Africa*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. Trad. de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Trad. de Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Hucitec, 1997.

NOTAS DE AUTORIA

Terezinha Taborda Moreira (taborda@pucminas.br) é professora do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. Pesquisadora CNPq-Nível 2. Coordenadora do Grupo de Pesquisas "África e Brasil: repertórios literários e culturais" e do Projeto de Pesquisa "Escritas literárias africanas de língua portuguesa e textualidades orais: transcrições poéticas", financiado pela Fapemig e pelo CNPq. Editora da Área de Literatura da Revista *Scripta*, do Centro de Estudos Luso-Afro-Brasileiros da PUC Minas.

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

MOREIRA, Terezinha Taborda. A escrita e a oralidade em estudos críticos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 28, p. 01-16, 2023.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste



periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 21/02/2023

Aprovado em: 18/06/2023

Publicado em: 11/08/2023

